



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

**Do discurso ecoteológico às práticas de educação ambiental das Campanhas da  
Fraternidade realizadas pela Igreja Católica no Brasil**

Aldemir Inácio de Azevedo<sup>1</sup>

Instituto Federal da Bahia

<https://orcid.org/0000-0003-4791-8436>

Cláudia Mirella Pereira Ramos<sup>2</sup>

UFBA/UniFTC

<https://orcid.org/0000-0002-4238-5856>

Elber Willames de Souza<sup>3</sup>

Instituto Federal da Bahia

<https://orcid.org/0000-0002-2882-8999>

**Resumo:** A pesquisa investigou as abordagens desenvolvidas pela Igreja Católica sobre as questões ambientais, a partir da realização das Campanhas da Fraternidade realizadas no Brasil de 1964 a 2017. Utilizamos a noção de discurso ambiental como categoria analítica e conceitual para compreender as concepções, posicionamentos e argumentos elaborados e disseminados pela igreja acerca das problemáticas sobre o meio ambiente. O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e análise dos documentos produzidos pela instituição. Verificou-se um esforço da igreja em acompanhar os debates ambientais, utilizando como cerne discursivo a visão criacionista, ao mesmo tempo em que busca apoio nas construções científicas. A partir do entrelaçamento dessas referências, a igreja elabora formulações ambientais próprias que são utilizadas como um exercício de educação ambiental. Estas ideias tem sido sistematizadas, sobretudo, pelos expoentes da ecoteologia.

**Palavras-chave:** Discurso ambiental, Ecoteologia, Crise ambiental.

<sup>1</sup> Professor e pesquisador do Instituto Federal da Bahia. Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (UnB). Bahia, Brasil. E-mail: [aldemirfms@yahoo.com.br](mailto:aldemirfms@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Sociais (UFBA). Doutoranda em Ciências Sociais (UFBA). Professora da UniFTC. Bahia, Brasil. E-mail: [cmirella93@gmail.com](mailto:cmirella93@gmail.com)

<sup>3</sup> Estudante do Curso de Meio Ambiente. Bahia, Brasil. E-mail: [elberwillames@gmail.com](mailto:elberwillames@gmail.com)

## **Del discurso ecoteológico a las prácticas de educación ambiental de la Iglesia Católica: un estudio sobre las campañas de fraternidad realizadas en Brasil**

**Resumen:** La investigación investigó los enfoques desarrollados por la Iglesia Católica sobre temas ambientales, comenzando con las Campañas de Fraternidad llevadas a cabo en Brasil desde 1964 hasta 2017. Utilizamos la noción de discurso ambiental como una categoría analítica y conceptual para comprender las concepciones, posiciones y argumentos elaborados y difundidos por la iglesia sobre temas ambientales. El trabajo se desarrolló a partir de la investigación bibliográfica y el análisis de documentos producidos por la institución. La iglesia hizo un esfuerzo por seguir los debates ambientales, utilizando la visión creacionista como su núcleo discursivo, mientras buscaba apoyo en las construcciones científicas. Desde el entrelazamiento de estas referencias, la iglesia elabora sus propias formulaciones ambientales que se utilizan como ejercicio en la educación ambiental. Estas ideas han sido sistematizadas, sobre todo, por los exponentes de la ecoteología.

**Palabras-clave:** Discurso ambiental, Ecoteología, Crisis ambiental.

### **From ecoteological discourse to the environmental education practices of the Catholic Church: a study on the Fraternity Campaigns carried out in Brazil**

**Abstract:** The research investigated the approaches developed by the Catholic Church on environmental issues, starting with the Fraternity Campaigns carried out in Brazil from 1964 to 2017. We used the notion of environmental discourse as an analytical and conceptual category to understand the conceptions, positions and arguments elaborated and disseminated by the church about environmental issues. The work was developed from bibliographic research and analysis of documents produced by the institution. There was an effort by the church to follow the environmental debates, using the creationist view as its discursive core, while seeking support in scientific constructions. From the intertwining of these references, the church elaborates its own environmental formulations that are used as an exercise in environmental education. These ideas have been systematized, above all, by the exponents of ecotheology.

**Keywords:** Environmental discourse, Ecotheology, Environmental crisis.

### **Introdução**

O texto analisa e discute os posicionamentos, as visões e as contribuições da Igreja Católica brasileira sobre algumas questões ambientais debatidas durante as últimas décadas. Como uma instituição social, cujo caráter identitário definidor é a fé/religião, ela tem acumulado ao longo dos séculos de sua existência uma capacidade indiscutível de disseminar ideias, formar opiniões e influenciar comportamentos, especificamente entre os seus membros (fiéis e quadros hierárquicos).

Segundo o IBGE, em 2010, 64,63% da população brasileira se declaravam católicos. Ou seja, esse dado demonstra um enorme potencial de a Igreja Católica exercer

influência sobre ideias e comportamentos, em diversas temáticas, entre a maioria dos brasileiros.

O artigo aborda o tratamento e a atenção dispensadas pela Igreja Católica às questões ambientais a partir da noção de *discurso ambiental*. Dessa forma, elucidamos os elementos que constituem o discurso elaborado pela instituição em suas formulações sobre temáticas ambientais. Assim, buscaremos demonstrar ao longo do trabalho que a produção e a disseminação dessas ideias constituem uma forma de educação ambiental que articula os fundamentos da fé cristã e a visão social da Igreja Católica. O objeto escolhido para análise foi a Campanha da Fraternidade (CF), cujo projeto é realizado anualmente pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) desde 1964. A cada ano elege-se um tema para discussão e as atividades são realizadas num período determinado e fixo do calendário católico, abrangendo todas as suas estruturas, grupos, pastorais e espaços de atuação. Segundo a entidade, para realizar a escolha dos temas são considerados “com especial relevo, os desafios sócio-econômicos-políticos-culturais e religiosos da realidade brasileira” (CNBB, 1986, p. 10). Essa afirmação indica que a escolha dos temas ambientais pautados em algumas CFs traduz um esforço por aproximar a atuação da igreja e a reflexão teológica às questões sociais mais amplas que extrapolam os interesses intra-institucionais e os temas religiosos *stricto sensu*. Ao mesmo tempo, os argumentos utilizados reivindicam a responsabilidade pelo cuidado com o meio ambiente como uma tarefa intrínseca aos seres humanos.

Para subsidiar as atividades das CFs, a CNBB produz diversos materiais, tais como um texto-base, roteiros de atividades de capacitação para grupos e lideranças, materiais para mídia, cartilhas, músicas e propostas de atividades para estudantes da educação básica. No estudo utilizamos estes materiais para compreender e delinear o conjunto discursivo da igreja sobre assuntos ambientais pelo fato desses instrumentos reunirem o conteúdo e a base conceitual que dá suporte às CFs.

O objetivo central é identificar o discurso produzido pela Igreja Católica acerca das questões ambientais, a partir da análise de uma ação desenvolvida pela instituição, empreendendo um mapeamento dos argumentos e das ideias utilizadas para sustentar suas posições bem como as interlocuções com outros agentes e esferas de pensamento e de ação na sociedade.

As questões que foram colocadas para o desenvolvimento desta pesquisa são: como e por que a Igreja Católica tem se envolvido com as temáticas ambientais que tem emergido nas últimas décadas? Que ideias e argumentos a instituição tem construído a respeito dos problemas ambientais? Quais são as posições e as orientações adotadas pela igreja em relação às questões sobre o meio ambiente?

Argumentamos que a Igreja Católica elabora um discurso ambiental próprio utilizando seus referenciais doutrinários articulados a outros elementos sociais (científicos, ideológicos, políticos etc) e que as suas concepções são materializadas em projetos e ações que se configuram como processos de educação ambiental na medida em que buscam influenciar visões de mundo e comportamentos práticos acerca das questões ambientais, principalmente entre seus membros. Essa perspectiva genérica de educação ambiental é adotada, por exemplo, pelo nosso instrumento jurídico que trata desse tema.

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, Lei nº 9795/1999, Art 1º.).

Após essa introdução, o texto apresenta breves considerações sobre o debate ambiental no interior da igreja. Em seguida traz algumas contribuições teóricas acerca do discurso ambiental e da ecoteologia. Na seção seguinte descreve analiticamente os resultados dos materiais utilizados nas CFs. Por fim, fazemos as considerações finais apontando os principais achados e contribuições das análises desenvolvidas.

### **A Igreja Católica e as questões ambientais: considerações introdutórias**

Durante a segunda metade do século XX, à medida que os problemas ambientais foram se tornando mais evidentes e percebidos pela população, a produção de conhecimentos e a divulgação de informações sobre eles foram crescendo. Diferentes instituições, de distintas naturezas, foram assumindo o debate das temáticas e problemas relacionadas ao meio ambiente a partir do lugar social, político, econômico e cultural em que elas se inserem.

Assim, desde a década de 1960, a Igreja Católica tem formulado um corpo próprio de análises, argumentos e práticas sobre questões ambientais em evidência, que

podem dialogar, corroborar e influenciar as dinâmicas sociais relacionadas a área ambiental. Nesse período, alguns autores que passaram a se interessar pelas questões ecológicas argumentam que o cristianismo teria uma parcela de responsabilidade na criação da cultura do desrespeito a natureza. Em um artigo de 1967 o historiador estadunidense Lynn White defende a necessidade de um crítica ao cristianismo ocidental, já que este teria desmistificado a natureza e introduzido o antropocentrismo extremado. Na visão de White, a concepção cristã do homem criado à imagem e semelhança de Deus colocou a espécie humana em posição de destaque e atribuiu a ela um encargo maior na criação.

É essa perspectiva que origina a visão antropocêntrica e gera um distanciamento do ser humano em relação às demais espécies do planeta. O homem se coloca como sujeito diante de uma natureza objeto e a consequência disso é uma nova relação baseada na visão da superioridade humana, cuja ideia é usada como justificativa para instrumentalizar as demais espécies naturais.

Essa concepção, que tem origem no nascimento do próprio cristianismo, vem sendo reproduzida pela Igreja Católica em sua construção milenar. Portanto, encontra-se enraizada nas estruturas consolidadas de uma instituição que possui uma grande capilaridade em diferentes segmentos sociais e lugares, ainda que com características bastante destoantes em distintos períodos históricos e até com matizes internos notadamente divergentes. Desse modo, a inserção da igreja nos debates ambientais das últimas décadas produz discursos e práticas que recorrem a esta visão cristalizada da relação homem-natureza. Tais produtos convivem e disputam audiência e adesão da sociedade com discursos de outras instituições sociais (mercado/economia/setor produtivo, a ciência, a mídia, os organismos internacionais/multilaterais etc.) acerca das questões ambientais. E do ponto de vista das explicações e proposições eles podem ser complementares, concorrentes ou até mesmo excludentes.

A Igreja Católica possui distintos mecanismos e estruturas de formação e divulgação de ideias as quais materializam quadros referenciais orientadores para a construção de concepções e a adoção de comportamentos entre os membros e fiéis. E assim essas visões passam a circular nas diversas esferas da sociedade em geral e podem ter repercussões sociais importantes. Sobre isso, Levy (2009) chama atenção para o fato de que desde os anos 1980 a igreja tem organizado e influenciado as práticas, as ideias e os

objetivos da sociedade civil brasileira. Na área ambiental tem produzido textos, imagens, ações e ideias que carregam os significados construídos a partir dos seus fundamentos doutrinários. A própria igreja expõe suas intenções de alcançar públicos variados com a realização da CF, que vão além dos seus fiéis: “Gostaríamos de ver o Texto-base entregue oficialmente pelas Dioceses aos educadores, intelectuais, artistas, universitários, homens de negócio, política e comunicação e demais pessoas influentes na formação da opinião pública [...]” (CNBB, 1986, p. 14).

Sem dúvida, observa-se que há um esforço e empenho por parte da Igreja Católica, nas últimas décadas, em internalizar e participar dos debates sobre as questões ambientais e colaborar com a construção de um entendimento sobre as problemáticas emergentes nesta área. E isso certamente ocorre a partir da doutrina teológica e social da instituição, reforçando a visão cristã da centralidade humana entre as espécies da natureza e evocando a responsabilidade de cuidar do planeta diante do contexto de degradação.

### **Os discursos ambientais e a ecoteologia como uma tipologia de discurso ambiental**

Os estudos ambientais tem levado diversos autores a organizarem as ideias e as práticas sociais em torno de diferentes tipologias de discurso ambiental, conforme apontado por Hannigan (2009).

Os discursos ambientais produzidos pelos diferentes atores sociais são distintos: nos pressupostos sobre a natureza dos relacionamentos com o meio ambiente (baseados em competição ou em cooperação); na perspectiva que assumem sobre os atores (coletivistas ou individualistas; fortes ou fracos); e nas metáforas que seus subscritores utilizam para defender seus pontos de vista (WENCESLAU; ANTEZANA; CALMON, 2012).

Uma forma de divulgação de um discurso é a circulação de enunciados que podem gerar consensos ou dissensos, e podem ser elaborados e propagados por diversas instituições tais como governos, empresas e igreja (SILVA, 2011). A autora exemplifica essa afirmação, na área ambiental, com o tema da CF de 2011, que trouxe como enunciado “Fraternidade e Vida no Planeta”. Assim, a veiculação de um *slogan* ou de uma propaganda, a publicação de um livro, a divulgação de um projeto etc. são ações que podem transmitir uma determinada abordagem sobre um tema qualquer.

Entre as diversas categorizações de discursos ambientais existentes, Hannigan (2000) menciona a classificação elaborada por Brulle (2000). Este autor identifica a *ecoteologia* como um arcabouço de ideias que se apoia no argumento central de que os seres humanos têm a obrigação de preservar e proteger a natureza, pois ela é uma criação divina. Portanto, as formulações da igreja sobre os temas ambientais recentes encontram ancoragem nesse discurso e simultaneamente tem expandido e atualizado o seu conteúdo com as novas produções (eventos, publicações, projetos etc). Dois importantes expoentes da teologia ecológica são o alemão Jürgen Moltman e o brasileiro Leonardo Boff. Este último tem desenvolvido uma visão ecoteológica a partir da realidade ambiental e populacional latinoamericana (GONÇALVES; CANATTA, 2008).

Essa corrente é definida por Murad (2009) como um pensamento que na atualidade desloca o eixo antropocêntrico do cristianismo para reconhecer em todas as espécies o mesmo valor.

A ecoteologia, portanto, opera uma transformação no paradigma antropocêntrico, que entranha a teologia contemporânea. [...] Além disso, do ponto de vista prático, postula mudanças na ética cristã, ao incorporar “o grito da Terra” e *exigir atitudes individuais, ações coletivas, políticas públicas e processos de gestão que visem à sustentabilidade da vida no nosso planeta* (MURAD, 2009, p. 290) [grifo nosso].

Uma tendência já constatada nas Ciências Sociais em geral é a “que reconhece nos discursos, na análise crítica e no mundo das ideias um conjunto de elementos fundamentais importante para entender a dinâmica social e política das decisões governamentais” (WENCESLAU; ANTEZANA; CALMON, 2012). Essa afirmação destaca a presença e a força do discurso enquanto categoria de produção e ação social nas esferas civil e pública.

Os discursos, enquanto produção social e cultural, caracterizam redes semânticas complexas, articulando diferentes pressupostos, conceitos e hipóteses sobre como e quando atuar nos problemas que se apresentam. Diferentes discursos geram diferentes diagnósticos e suscitam diferentes formas de problematizar uma situação assim como demandam o uso de diferentes instrumentos e medidas de políticas públicas (WENCESLAU; ANTEZANA; CALMON, 2012). Portanto, argumentamos que a ecoteologia é uma efetiva prática educativa sobre as questões ambientais, considerando as potencialidades existentes nos discursos sociais que são capazes de exprimir visões, construir e transmitir ideias e influenciar comportamentos. Além da propagação das visões

construídas pela ecoteologia, ela subsidia o desenvolvimento de ações concretas no campo ambiental, tal como é feito no âmbito das CFs.

Ao analisar a construção e a operação dos discursos ambientais durante a segunda metade do século XX, Hannigan (2009) considera necessário observar e avaliar os processos sociais de construção das questões e problemas ambientais. Aqui se insere a participação dos atores sociais, principalmente aqueles que possuem maior capacidade de produzir discursos e encontrar receptividade das suas ideias. O progresso dessa elaboração varia em decorrência do “resultado do sucesso dos atores envolvidos”. Isso significa que as informações, as visões e as análises da população em geral sobre os temas ambientais são influenciadas, em graus variados, por atores sociais tais como cientistas, mídia, políticos, grupos religiosos, ativistas etc.

O discurso é uma visão de mundo compartilhada que é transmitida pela linguagem, permitindo àqueles que a partilham interpretar informações por meio de narrativas históricas. Cada discurso apresenta pressupostos que constituem ponto de partida para análises, debates, consensos e disputas. Eles possibilitam que histórias sejam contadas de acordo com a interpretação que se deseja defender (WENCESLAU; ANTEZANA; CALMON, 2012).

Esses aspectos se aproximam de alguns argumentos do construcionismo social que se apoia na ideia de que, em certa medida, os problemas ambientais são socialmente criados e construídos por grupos de pessoas. Além disso, segundo essa perspectiva, a natureza nunca fala por si mesma, mas as pessoas falam em nome dela. Adicionalmente, essa corrente da sociologia ambiental sustenta que o processo de construção do que é percebido socialmente sobre a natureza pode ser analisado, entendido e explicado (GIDDENS, 2012).

A partir dos espaços de atuação, dos públicos aos quais tem alcance e dos instrumentos de ação a Igreja Católica produz, assume e/ou se alinha a algumas ideias sociais existentes acerca das questões ambientais, colocando em evidência um conjunto de argumentos ecológicos com os quais manifesta sintonia e integra o próprio discurso. Esse *modus operandi* ratifica o conceito de Hannigan quando o autor afirma que:

[...] o discurso é uma série interligada de “enredos” que interpretam o mundo ao nosso redor e que se tornam profundamente entranhados nas instituições sociais, nas pautas e demandas do conhecimento. Estes



enredos têm uma tripla missão: criar significado para validar a ação, mobilizar a ação e definir alternativas (HANNIGAN, 2009, p. 61).

A abordagem de Hannigan ganha densidade e amplitude social ao afirmar que “O discurso é a categoria mais geral da produção linguística e abrange um número de outras táticas e métodos incluindo a narrativa (escrita e oral) e a retórica” (HANNIGAN, 2009, p. 61). Ademais, “o discurso dá às instituições um poderoso método de incorporações individuais dentro de relações de dominação” (HANNIGAN, 2009, p. 86). Esse enfoque das relações de poder presentes no discurso social é tributário do pensamento de Michel Foucault. Para este filósofo a busca pelo poder está presente nas instituições e nas relações pessoais cotidianas, sendo que uma das formas de manifestá-lo, acessá-lo e exercitá-lo é por meio do discurso. A conexão entre o discurso e o poder é que aquele é potencialmente criador de verdades (FERREIRA; TRAVERSINI, 2013). Conforme assevera o próprio Foucault (2007, p. 3) “e porque — e isso a história desde sempre o ensinou — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos”. Isso significa que o discurso é um instrumento que pode ser utilizado para a dominação de pessoas e de grupos sociais, de ideias, de diferentes campos das atividades humanas etc.

Outra contribuição seminal para o campo da análise do discurso foi construída por Michel Pêcheux. De acordo com Manzano (2015, p. 76), Pecheux propõe que o discurso se encontra no entrelaçamento do fio da história com o fio da língua, no sentido de que, para tomar como objeto de estudo o discurso e compreender seus efeitos de sentido, é impreterível pensar a historicidade que circunscreve a materialidade do objeto. Ainda segundo o autor, o discurso é apreendido na relação entre a materialidade linguística e a ideologia manifestada por meio da linguagem.

Por isso, considerando a importância da historicidade das instituições e os processos e dinâmicas em torno das problemáticas ambientais no fim do século XX e início do século XXI, a pesquisa abordou as construções discursivas da Igreja Católica brasileira sobre os temas ambientais tratados nas CFs a partir da década de 1960, buscando identificar analiticamente os elementos que sustentam e projetam a visão ambiental dessa instituição. Ao mesmo tempo postulamos que tais ações constituem uma forma de

educação ambiental, pois são capazes de forjar ideias e comportamentos entre seus membros diante dos problemas ambientais contemporâneos.

### **Percurso Metodológico**

As atividades da investigação foram desenvolvidas mediante procedimentos de pesquisa bibliográfica e análise documental de materiais e ações produzidos pela Igreja Católica brasileira em torno das CFs, que tiveram como enfoque as temáticas ambientais.

No primeiro momento, mobilizou-se uma base teórico-conceitual que orientou as leituras e análises dos materiais relativos ao tema objeto da pesquisa. As noções identificadas foram utilizadas para compreender os posicionamentos, orientações e princípios adotados pela igreja em relação aos problemas ambientais. A partir dos aportes teóricos selecionados é que ocorreram as análises dos materiais de interesse da pesquisa.

Na segunda etapa trabalhou-se na identificação dos temas das CFs que abordaram alguma questão ambiental em todo o período de realização desta ação (1964 a 2017). É importante destacar que o início dessa ação é um desdobramento do processo de renovação da igreja iniciado a partir do Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965. No percurso de busca e identificação dos materiais empíricos foi utilizada a técnica bibliométrica a partir dos seguintes descritores: ecologia, natureza e meio ambiente. Em cada CF foram avaliados o título, o lema e o conteúdo elaborado para subsidiar a realização anual do projeto. Durante esses levantamentos foram identificados 8 (oito) CFs que, segundo os critérios metodológicos adotados, se enquadraram no escopo analítico da pesquisa.

### **As Campanhas da Fraternidade como discurso e prática de Educação Ambiental**

Apresentamos descritivamente os temas e as respectivas abordagens de cunho ambiental desenvolvidas pelas CFs em todo o período de realização desse projeto institucional. A partir dos elementos descritivos são feitas algumas análises apoiadas no referencial teórico apresentado, buscando evidenciar como a igreja articula os fundamentos da ecoteologia cristã com a visão dos problemas ambientais contemporâneos. Nessa construção, pretendemos mostrar ainda que essa ação eclesial pode ser compreendida como

uma forma legítima de educação ambiental na medida em que ela se desenvolve de maneira sistemática entre o seu público, oferecendo um conjunto coerente de ideias, argumentos, orientações e significados acerca de temáticas ambientais. Em seguida, nas considerações finais, sintetizamos analiticamente os elementos que caracterizam o discurso ambiental católico.

O principal material de referência em cada CF é o texto-base, cujo conteúdo é organizado em três grandes blocos: *ver, julgar e agir*. Esse tripé é uma construção metodológica da igreja, à luz dos seus fundamentos teológicos, que estabelece um percurso no qual o público passa de um momento inicial de informação e conhecimento sobre um assunto até chegar a uma etapa de sensibilização e disposição (esperada) para adotar mudanças de comportamentos, coerentes com os princípios da fé cristã. Na primeira fase (ver) os materiais conduzem a uma aproximação geral com o tema que está sendo abordado, apresentando a situação/realidade da questão em debate, a partir de estudos, análises e dados científicos de instituições e pesquisadores nacionais e internacionais. O segundo momento (julgar) traduz um olhar para o tema e sua situação concreta (problemas, desafios, perspectivas...) sob o enfoque das reflexões teológicas e da fé cristã. Por fim, a etapa intitulada ‘agir’ propõe medidas práticas e ações conscientizadoras para a sociedade em geral, voltadas à resolução das problemáticas e desafios apresentados.

A primeira CF que assumiu a discussão de uma temática ambiental foi a de 1979, que escolheu o tema “Por um mundo mais humano”. Nessa ocasião, a igreja colocou em debate um dos grandes desafios que se apresentou à humanidade e por ela foi construído: a defesa e a preservação do meio ambiente de um modo geral, tratando principalmente dos desafios ecológicos para a manutenção da qualidade de vida no planeta. A própria CNBB justifica o fato de a igreja “tratar da ecologia, da poluição, da preservação da natureza e do meio ambiente” afirmando que “o mundo entrou num processo acelerado de desumanização” (CNBB, 1979, p. 10). Ao sustentar a realização de uma CF com temática ecológica emerge a concepção clássica da natureza a serviço do homem, que de algum modo coaduna com a visão instrumental construída pela racionalidade moderna.

De acordo com a CNBB (1979, p. 10) a “Ecologia é um problema profundamente fraterno. Trata-se do bem-estar e da sobrevivência da humanidade e, portanto, dos irmãos. A natureza criada por Deus é destinada a todos os homens. Destruí-la ou prejudicá-la é, portanto, um ato nocivo ao próximo”. A afirmação anterior evidencia

que a preocupação com a destruição ou com o cuidado da natureza destaca exclusivamente o ser humano como a espécie que vai lidar com os efeitos nocivos ou benéficos resultantes dos diferentes tipos de relacionamentos que podem ser estabelecidos entre homem e natureza.

As análises e reflexões da CF de 1979 discutem o problema da poluição dos recursos ambientais e o descaso do homem diante de tal realidade. Esses dois aspectos emergem de um processo de desumanização da nossa espécie diante de si mesma e da natureza, o que significa um distanciamento dos demais seres vivos. São trabalhadas duas fases extremas da relação entre ser humano e natureza: a) o homem dominado pela natureza (homem primitivo) e; 2) o homem como agente dominador da natureza (homem contemporâneo). Na segunda fase o homem desenvolve um elevado poder destrutivo do “lar natural”. É isso que fez surgir um desafio ecológico planetário, que seria conciliar os cinco parâmetros importantes e abrangentes das sociedades naquele momento: crescimento da população, utilização dos recursos naturais, produção de alimentos, produção industrial e poluição.

A sustentação da interpretação teológica sobre os problemas ambientais recorre a diversas referências do livro sagrado cristão para destacar as atitudes de cuidado ou de descuido com a natureza e a responsabilidade do homem com a preservação das espécies naturais. Por fim, a CF de 1979 indica algumas perspectivas de ações humanas para a preservação ambiental e a necessidade de criar uma nova mentalidade social, realizando processos de educação ambiental nos vários níveis de interações sociais (CNBB, 1979).

Em 1986 foi realizada a CF cuja temática refletiu sobre a questão da terra no Brasil e os problemas que esta tem enfrentado, principalmente no que diz respeito a sua desigual distribuição nas áreas rurais e urbanas. É amplamente conhecida a controversa distribuição de terras no território brasileiro ao longo da história, destacando-se especialmente as disputas existentes entre os povos indígenas e os grandes latifundiários. A partir desse contexto histórico, a Igreja Católica elege como foco da discussão as questões agrárias do Brasil. Seguindo a trilogia ver, julgar e agir a CF inicia com uma análise mostrando dados e estatísticas a respeito da estrutura fundiária brasileira. O texto analisa enfaticamente a situação dos povos indígenas e sua relação cultural com a terra, argumentando que a usurpação injusta dos territórios pertencentes às comunidades nativas, levaria a perda da identidade das mesmas.

A CF discute a Reforma Agrária a partir de alguns elementos históricos do país, ressaltando a importância da aprovação do Estatuto da Terra (1964) durante a ditadura militar. Esse decreto é tratado como um avanço significativo enquanto instrumento político de reestruturação agrária da história brasileira, embora nunca tenha saído do papel. Do ponto de vista teológico, apresenta reflexões sobre as injustiças e o usufruto desigual da terra pelos distintos grupos sociais que constituem o povo brasileiro. Os argumentos são ancorados na doutrina social da igreja, que considera a terra como um dom divino, bem como fonte de alimento, moradia e desenvolvimento cultural e religioso das sociedades humanas.

Por fim, são apresentadas as propostas de envolvimento da igreja nas questões de natureza social e nas esferas ética e moral que as acompanham, em específico no entendimento e na luta por igualdade no uso do espaço agrário brasileiro. Novamente a preocupação com a ‘terra’ é tratada num patamar em que prevalece a visão dos efeitos sociais resultantes da forma social em que ocorre a distribuição desse bem natural e das bases sobre as quais o seu usufruto é organizado.

A CF de 2002 manteve uma conexão com a temática anterior - a questão da terra no Brasil – pois desenvolveu um debate sobre a situação dos povos indígenas no contexto nacional e sua relação com a terra. Refletiu sobre os problemas agrários do país, discutindo o índio e a problemática que envolve a demarcação de seus territórios. O material da campanha realizou um balanço histórico das comunidades originárias do Brasil, desde o início da colonização portuguesa, cujo empreendimento foi marcado pela intensa exploração realizada pelos colonizadores sobre os nativos e que contribuiu para o extermínio de várias tribos e povos, além da ocupação violenta de suas terras.

Os processos de expansão econômica produziram inúmeros massacres e violências contra os povos originários, o que gerou pressões sociais e da própria Igreja Católica para que o Estado brasileiro adotasse medidas para garantir a proteção e o respeito às comunidades nativas. Um dos resultados dessas reivindicações foi a criação do Serviço de Proteção do Índio (SPI), em 1910. Porém, devido a muitos problemas de má gestão, falta de recursos e corrupção, o órgão foi extinto em 1967 e, no mesmo ano, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Além dos problemas que foram criados dentro do órgão, a sua extinção reflete a visão dos militares sobre o tratamento da questão indígena no país naquele período.

A CF de 2002 chama atenção também para o aumento da violência sofrida pelos indígenas, cujas manifestações sistematicamente repetidas estão relacionadas à intensa cobiça pelas suas terras por parte de fazendeiros, garimpeiros e madeireiros, e também por projetos de desenvolvimento do próprio Estado. As ações propostas pela CF desse ano consistem, principalmente, em propagar o respeito aos povos indígenas, sua cultura e o direito dos mesmos viverem na/da terra. Uma resposta da igreja foi a organização de um conjunto de ações missionárias entre os povos indígenas (CNBB, 2001). Esse tipo de ação que utiliza uma fundamentação cristã para assumir uma suposta defesa desses grupos é visto por alguns setores da sociedade como posturas invasivas e colonizadoras, à semelhança do que ocorreu desde o início da colonização europeia no país. Essa prática ecoa o uso do discurso, fundamentado numa determinada visão de mundo ou verdade, para se estabelecer numa relação de poder, conforme encontrado nas ideias de Foucault (2007) e Hannigan (2009).

Nas abordagens das CFs de 1986 e 2002 observa-se uma perspectiva argumentativa no campo da (in)justiça ambiental, um dos mais importantes discursos e movimento sociopolítico que se estabeleceu nas últimas décadas. Considerando as disputas históricas e atuais em torno da terra, observa-se um diálogo com a questão dos conflitos ambientais desencadeados por interesses divergentes de grupos que buscam acesso aos recursos naturais. Essa corrente analítica argumenta que os efeitos da degradação ambiental e das disputas por recursos naturais causam mais danos aos grupos que historicamente foram submetidos às várias formas de vulnerabilidade social (RAMMÊ, 2012).

Os debates apresentados pela CF de 2004 se voltaram para um dos maiores dilemas das sociedades humanas, principalmente a partir do início do século XXI, que é a questão hídrica. No esforço para compreender a situação deste recurso natural, e já marcando a sua posição sobre o tema, a igreja afirma que “A água é patrimônio de todos os seres vivos, não apenas da humanidade. Nenhum outro uso da água, nenhum interesse de ordem política, de mercado ou de poder, pode sobrepor às leis básicas da vida”. (CNBB, 2003, p.13).

No Brasil, parcelas significativas da população enfrentam muitas adversidades relativas à questão hídrica: a falta de coleta do esgoto doméstico e o lançamento do mesmo em mananciais, a baixa qualidade hídrica, a falta de acesso a água tratada etc. A

multiplicidade dos usos das águas, que vai desde o consumo humano até suas aplicações nas atividades econômicas (navegação, pesca, uso industrial) e energéticas têm gerado enormes desafios para a gestão desse recurso e o equacionamento das demandas. As análises consideram ainda as dimensões da saúde e da ecologia relativas a água, bem como três espécies de valor contidas nesse bem natural: valor social, valor biológico e valor simbólico ou espiritual.

A crise hídrica é uma expressão que passou a fazer parte do vocabulário da sociedade, de órgãos governamentais e da própria Igreja Católica. Com a percepção da crise, cresceu a preocupação com o aumento significativo do descaso frente aos usos inadequados da água pelo homem. Entendemos que este aceno para a ideia de apropriação da noção de ‘crise hídrica’ sinaliza para uma compreensão de como as instituições e grupos sociais produzem distintos discursos em torno das questões ambientais, inclusive a própria Igreja Católica. Ou seja, reforçar a ideia de que vivemos uma crise em relação à água deve despertar ações que mudem o quadro atual e alterem os prognósticos de mais escassez e maiores problemas sociais em torno desse recurso. Essa posição reflete o pensamento a respeito das operações sociais envolvidas na construção do discurso ambiental, conforme discutido por Wenceslau, Antezana e Calmon (2012) e Hannigan (2009).

A CF de 2004 também faz um balanço sobre a questão da água, utilizando como base os fundamentos cristãos, buscando promover um diálogo com os conhecimentos científicos disponíveis. Nesse sentido, são abordados três parâmetros referentes à importância da água sob uma perspectiva da doutrina cristã: água como fonte de vida; água como origem de sustento e; água nas tradições religiosas.

Finalmente, as propostas de ações lançaram um apelo à sociedade e às organizações em geral que atuam nesse tema, com o intuito de preservar e adotar um uso racional dos recursos hídricos. Isso deve ser feito partindo-se da realidade local para a escala global, realizando algumas medidas consideradas importantes: aprofundar o conhecimento das pessoas sobre a água e a importância atribuída à mesma pela doutrina cristã; criação de uma política nacional para o reuso das águas pluviais; atuar na preservação dos mananciais, mostrando o papel que eles desempenham no equilíbrio ecológico e; realização de projetos de revitalização de cursos hídricos degradados. Em síntese, a campanha destacou a urgência em desenvolver práticas individuais, coletivas e

políticas para preservação da água, evocando ainda a responsabilidade intergeracional em relação a este problema (CNBB, 2003).

No ano de 2007 a CF voltou o seu olhar para a Amazônia, analisando-a sob múltiplos aspectos: o desmatamento, a exploração desordenada da biodiversidade, a ocupação predatória da terra e o desrespeito ao ecossistema. Os materiais de apoio fazem reiteradas alusões às “situações humanas e questões sociais preocupantes” da realidade amazônica: as ameaças aos povos indígenas e às suas culturas, os conflitos socioambientais, especialmente as disputas por terra, a urbanização e os projetos econômicos ambientalmente degradantes (CNBB, 2006).

A abordagem apresentada privilegiou uma discussão sobre a complexidade do funcionamento e da compreensão do ecossistema amazônico. Não menos relevantes são as ameaças a que a Amazônia vem sendo submetida crescentemente. É conferida uma importância singular aos povos e respectivas culturas que compõem os cenários amazônicos. Algumas problemáticas são realçadas para mostrar as fragilidades a que a região tem sido exposta: os processos de ocupação, as disputas pelo território, o modelo de desenvolvimento inconsequente, os interesses internacionais, a militarização e as ações do narcotráfico (CNBB, 2006).

Em contraponto a essas ameaças, são postos em relevo um grande número de ações, iniciativas e projetos em curso que se esforçavam para implantar outras lógicas de manejo florestal, práticas agrícolas sustentáveis, defesa dos direitos dos povos, presença de grupos atuantes em redes, instauração de fóruns coletivos, fortalecimento da economia solidária, apoio à educação e à saúde populares, incentivo à participação das mulheres etc. Na avaliação do contexto amazônico à luz dos fundamentos cristãos, recorre-se às ideias clássicas do cuidado com a criação divina, da responsabilidade humana pela degradação ambiental e o apelo à construção de relações harmoniosas entre ser humano e natureza. Nesse tema, novamente retorna a perspectiva dos conflitos que se desenrolam em torno das disputas pelos recursos naturais. Sabe-se que a riqueza, a diversidade e o grau de preservação da Amazônia são características que ensejam crescentes conflitos socioambientais, envolvendo relações de poder assimétricas entre diferentes atores sociais e gerando prejuízos ainda maiores ao equilíbrio ambiental.

A CF de 2011 trouxe um tema bastante atual e controverso, que são as mudanças climáticas. A campanha dialogou com opiniões e argumentos divergentes sobre



as explicações para as alterações no clima, apontando a existência de uma relativa divisão entre correntes teóricas que alijam pesquisadores de muitas áreas do conhecimento científico. Um grupo é constituído por aqueles que entendem as mudanças climáticas no planeta, expressas pelo fenômeno do aquecimento global, como consequência de processos naturais da Terra. Nesse grupo situam-se também os defensores da ideia de que as alterações que provocam aumento de temperatura são apenas locais e, portanto, não modificam o clima do planeta como um todo. Outra corrente de especialistas afirma que as mudanças são resultado do intenso desenvolvimento tecnológico e industrial realizado pelas sociedades humanas nos últimos séculos. Essas ações antrópicas tem contribuído decisivamente para a modificação global do clima à medida que se intensificaram as emissões de gases causadores do efeito estufa, como por exemplo o CO<sup>2</sup> (Dióxido de carbono) (CNBB, 2010).

Analisando a realidade brasileira, afirma-se que no país não houve um aumento na emissão de gases do efeito estufa na mesma proporção que aconteceu na maioria das nações desenvolvidas, tendo em vista o tardio processo de industrialização nacional. Dados do Balanço Energético Nacional (BEN) de 2007 e 2008 mostram que 45,9% da produção energética interna é resultante de fontes renováveis. Contudo, é indiscutível que o Brasil enfrenta problemas com a poluição atmosférica e a consequente alteração nos microclimas de certas regiões, principalmente aquelas com um alto índice de urbanização.

A argumentação teológica tece algumas reflexões sobre as mudanças climáticas apoiando-se em interpretações de trechos bíblicos que estimulam o cuidado com o meio ambiente. Apresenta ponderações numa perspectiva teológico-prática sobre o aquecimento global atribuído às ações antrópicas, costurando com a necessidade de adotar medidas para frear o consumo de energia e buscar novas alternativas, tais como: a utilização de painéis solares nas casas; o uso de produtos reaproveitáveis; a adequação das formas de transportes das pessoas; a promoção do consumo de produtos orgânicos e; a conciliação entre a urbanização e o meio ambiente. Propõe ações que contribuam para o melhoramento da saúde humana e da natureza nas áreas de saneamento básico, diminuição da produção de resíduos e criação de conselhos municipais com o intuito de garantir e promover a qualidade ambiental. A CF também defende a propagação de uma mentalidade de preservação do meio natural e seus recursos, a ser realizada no interior das estruturas e instâncias organizacionais da própria igreja (pastorais, dioceses e paróquias).

Portanto, percebe-se que mesmo tendo trazido para a reflexão os dois grandes posicionamentos teóricos sobre a principal causa do aquecimento global, a igreja enfatizou a reflexão em torno das práticas sociais com intuito de evidenciar a participação humana nesse processo de alterações pelo qual passa o planeta.

A penúltima CF realizada com temática ambiental foi a de 2016. Trouxe como foco de análise o saneamento básico e sua realidade no Brasil. Na exposição do entendimento adotado pela campanha sobre o tema, foram destacados quatro aspectos considerados importantes para garantir qualidade de vida adequada às populações humanas e ao meio ambiente: manejo de resíduos sólidos; esgotamento sanitário; drenagem urbana e; controle dos agentes transmissores de doenças. A análise da situação do saneamento básico no contexto nacional problematiza as desigualdades existentes entre as cinco macrorregiões geográficas do país, mostradas a partir dos indicadores sanitários. São mencionadas as muitas irregularidades nos projetos físicos (equipamentos e estruturas) para a realização do monitoramento da qualidade do sistema de saneamento básico brasileiro e os consequentes danos sobre as condições ambientais. Sob a perspectiva teológica a igreja defende os valores da doutrina criacionista e a necessidade de se conhecer e cuidar da vida natural, recorrendo à ideia de justiça social nas relações dos homens entre si (CNBB, 2015).

Em relação às ações concretas, a igreja sustenta a importância da realização das CFs como forma de unir as diferentes religiões<sup>4</sup> em torno das questões de relevância coletiva, como a questão ambiental e o saneamento. Algumas medidas práticas foram propostas com o objetivo de ajudar a melhorar a questão sanitária no Brasil, indo do nível particular ao coletivo: desenvolvimento de uma educação para a sustentabilidade; o conhecimento dos instrumentos legais e; a adoção da prática do reuso dos recursos materiais e naturais.

A CF de 2017 elegeu o tema “Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida” (CNBB, 2016). Chama atenção para a diversidade e a riqueza natural do Brasil, expressas nas características de cada bioma. Assim, cada um dos sete ecossistemas brasileiros são analisados a partir da seguinte estrutura discursiva: conceituação e dados gerais; características naturais – biodiversidade; os povos originários e a cultura – a

---

<sup>4</sup> A CF deste ano foi ecumênica, ou seja, reuniu diversas igrejas cristãs na realização desse projeto, sendo que nessa situação cada uma delas desenvolve as ações internamente, conforme a própria organização, a partir do compromisso assumido entre o conjunto das instituições participantes.

sociodiversidade; a beleza, as fragilidades e os desafios de cada bioma; contextualização política e; a contribuição da igreja. A avaliação busca construir um visão integrada, indo do aspecto cênico ao político, passando por questões econômicas e culturais.

Outra visão defendida é que os problemas ambientais são decorrentes da tensão entre economia e ecologia, desenvolvida crescentemente em decorrência da expansão das atividades de exploração irrestrita dos recursos naturais. Nestes processos socioeconômicos entram em cena os interesses políticos e, sobretudo, econômicos do capitalismo globalizado que interferem nas dinâmicas ambientais e socioculturais locais. A CF destaca ainda a situação crítica dos biomas e dos povos e comunidades que vivem neles, bem como as ameaças a que são sistematicamente submetidos.

Ao final, para cada bioma, desenvolve-se uma série de propostas que estimulam ações concretas a partir das especificidades encontradas (características, fragilidades, problemas). Um elemento sempre presente é a participação e a interlocução humana em todas as situações (danos e potencialidades) de todos os biomas.

### **Considerações finais**

A recorrência e a intensificação de temas ambientais na realização da CF demonstra um esforço contínuo e crescente da Igreja Católica brasileira em participar das discussões que vem sendo realizadas nas últimas décadas nesse campo temático. Deste modo, busca influenciar o pensamento social e/ou formar uma mentalidade própria sobre os problemas e debates ambientais, sempre à luz dos referenciais da doutrina cristã. Suas ações perscrutam o desenvolvimento de uma sensibilidade ecológica entre os cristãos católicos utilizando um percurso que incia pela informação, passa por uma avaliação sob o crivo do cristianismo e conclui com proposições de ações concretas que se reflitam em mudanças comportamentais.

O pressuposto fundamental do discurso ecoteológico é a visão criacionista, que, a despeito de buscar interlocução com os fundamentos científicos, ainda reproduz a centralidade humana entre as espécies que habitam o planeta. No esforço de dialogar com instâncias externas à instituição e ao mesmo tempo exercer alguma influência no pensamento e nas ações sociais, a igreja lança provocações para o campo da ação política governamental e coletiva, contesta a lógica econômica vigente com a prevalência

exclusivamente financeira, propõe mudanças de comportamentos individuais, critica processos sociais globalizantes invasivos e busca sensibilizar para o respeito à diversidade cultural e às formas de vida dos povos e comunidades locais. Portanto, em certa medida, a ecoteologia faz um movimento de atualização dos seus argumentos e ideias, porém mantendo-se fiel ao núcleo essencial da fé cristã.

A igreja faz referência à natureza sempre em articulação com os seres humanos, tratando-os como parte dela. Mas também, invariavelmente, ressalta a dependência humana dos recursos naturais para garantir a própria sobrevivência e destaca a responsabilidade de cuidar pela vida do conjunto da natureza, fundamentada no argumento da criação divina. A responsabilidade humana é formulada a partir da visão do planeta como *casa comum*, que requer uma postura ética na relação dos seres humanos entre si e da espécie humana com os demais seres. Essa visão tem buscado consolidar a ideia de que as soluções dos problemas passam pela criação de uma ecologia integral.

Numa visada geral sobre a trajetória dos temas ambientais debatidos pelas CFs nota-se duas mudanças na perspectiva das abordagens a partir dos anos 2000: 1 - a frequência que as questões ambientais aparecem na CF foi intensificada e; 2 - passou-se de uma análise que privilegiava os efeitos causados pelos problemas ambientais sobre as condições da vida social para uma perspectiva em que os temas são pensados em sua importância integrada para a vida no planeta.

Tanto nas ações eclesiais, conforme é o caso das CFs aqui analisadas, quanto nas produções teóricas no campo da ecoteologia se evidencia que o esforço de aproximação e inserção nas discussões ambientais das últimas décadas tem a intenção adicional de se distanciar da ideia de que o cristianismo ocidental participou ativamente na criação de uma concepção instrumental na relação homem-natureza. Essa influência cristã na construção cultural de um comportamento humano que produz a degradação da natureza e que conduziu a atual crise ambiental, cujos efeitos foram fortalecidos pelos padrões de dominação científica e tecnológica, é defendida por White (1967). Por outro lado, segmentos da teologia ecológica contemporânea tem desenvolvido construções mais sensíveis aos problemas ambientais a partir de uma leitura holística da natureza, assumindo a participação humana na crise ecológica e a responsabilidade por mudanças individuais e coletivas (MURAD, 2009; JUNGES, 2009).

Sob o ponto de vista adotado na pesquisa, as ações e os projetos desenvolvidos pela igreja no campo da ecologia constituem uma mescla entre os fundamentos da fé cristã e os enfrentamentos necessários para os problemas ambientais contemporâneos. Sem dúvida, essas ideias e proposições encontram algum nível de receptividade social, especialmente entre seus membros, que outras pesquisas podem mensurar. Na nossa análise, essas realizações da Igreja Católica, a exemplo das CFs, traduzem práticas importantes de educação ambiental, pois a sua sistemática denota uma capacidade real de alcançar indivíduos, grupos e até parcelas mais amplas da sociedade. São disseminadoras de ideias e podem transformar comportamentos. Para o campo da pesquisa em educação ambiental diversos elementos ainda podem ser explorados na forma das metodologias usadas, dos conteúdos produzidos e das ideias e concepções trabalhadas.

## **Referências**

BRASIL. Lei 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, abril de 1999.

CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. **Texto-base da Campanha da Fraternidade 2017**. Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida. Brasília: Edições CNBB, 2016, 356p.

CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. **Texto-base da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016**. Casa comum, nossa responsabilidade. Brasília: Edições CNBB, 2015, 89p.

CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. **Texto-base da Campanha da Fraternidade 2011**. Fraternidade e vida no planeta. A criação geme em dores de parto. Brasília: Edições CNBB, 2010, 135p.

CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. **Texto-base da Campanha da Fraternidade 2007**. Vida e missão neste chão. Fraternidade e Amazônia. São Paulo: Editora Salesiana, 2007, 192p.

CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. **Texto-base da Campanha da Fraternidade 2004**. Água, fonte de vida. Fraternidade e água. São Paulo: Editora Salesiana, 2003, 97p.

CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. **Texto-base da Campanha da Fraternidade 2002**. Por uma terra sem males. Fraternidade e povos indígenas. São Paulo: Editora Salesiana, 2001,

**Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, v. 37, n. 3, p. 305-327, mai./ago. 2020.  
E-ISSN 1517-1256

CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. **Manual da Campanha da Fraternidade 1986**. Terra de Deus, terra de irmãos. Brasília: CNBB, 1986, 190p.

CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. **Manual da Campanha da Fraternidade 1979**. Preserve o que é de todos. Brasília: CNBB, 1979, 139p.

FERREIRA, Mauricio dos Santos; TRAVERSINI, Clarice Salette. A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6 ed. Porto Alegre: Penso, 2012, 847p.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; CANATTA, Luis Fabiano. O paradigma da Ecologia na Teologia Contemporânea - v. 16 - n. 63 - abr/jun 2008, pp. 77-97.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, 270p.

JUNGES, José Roque. Repensar a visão criacionista: cristianismo e ecologia. **Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 355-369, jul./dez. 2009.

LEVY, Charmain. Influência e contribuição: a Igreja Católica progressista brasileira e o Fórum Social Mundial. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 29(2): 177-197, 2009.

MANZANO, Luciana Carmona Garcia. O discurso político e o corpo na televisão: debate/combate. **Ilha do Desterro**, v. 68, nº 3, p. 075-082, Florianópolis, set/dez 2015.

MURAD, Afonso. O núcleo da ecoteologia e a unidade da experiência salvífica. **Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 277-297, jul./dez. 2009.

RAMMÊ, Rogério Santos. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos**: conjecturas políticos-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012, 203p.

SILVA, Telam Domingues da. Educação ambiental: a educação para o consumo na sociedade da informação. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 563-584, set./dez. 2011.

WENCESLAU, Juliana; ANTEZANA, Natalia Latino; CALMON, Paulo Du Pin. Políticas da Terra: Existe um novo discurso ambiental pós Rio +20? **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, nº 3, artigo 7, Rio de Janeiro, Set. 2012 p. 587-604.

WHITE, Lynn Jr. Historical roots of our ecologic crisis. **Science**, v. 155, n. 3767, p. 1203-1207, 1967.

**Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, v. 37, n. 3, p. 305-327, mai./ago. 2020.  
E-ISSN 1517-1256

*Submetido em: 18-02-2020.*  
*Publicado em: 21-08-2020.*